

ÉTICA PROFISSIONAL NOS SERVIÇOS PÚBLICOS – A FALA E O USO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO

PROFESSIONAL ETHICS IN PUBLIC SERVICES
– SPEECH AND THE USE OF TECHNOLOGY AS
A TOOL FOR INCLUSION

**Autor 1¹ GUSTAVO LUIS DE MOURA
PINTO, gtsn03@gmail.com**

**Autor 2 TIRZA RODRIGUES DA
SILVA, tizarodrigues@hotmail.com**

Resumo: Este artigo analisa a ética profissional nos serviços públicos sob a ótica da sociolinguística e da inclusão digital, considerando o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) na relação entre servidores e cidadãos. O objetivo central é compreender como a postura ética, aliada ao uso adequado da linguagem e das ferramentas digitais, pode promover um atendimento mais humanizado e inclusivo. A metodologia adotada foi qualitativa e bibliográfica, fundamentada em autores clássicos e contemporâneos da filosofia, sociologia e administração pública, como Meireles, Cretella, Moreira Neto, Costa e Santandel. Os resultados apontam que a modernização tecnológica, quando acompanhada de capacitação e letramento digital, contribui para reduzir barreiras socioambientais e linguísticas, evitando que a burocracia e o uso de jargões técnicos se tornem instrumentos de exclusão. Constatou-se que a percepção de falta de ética no serviço público muitas vezes decorre da ausência de treinamento e não de má conduta individual. Conclui-se que ser um bom profissional exige não apenas o cumprimento da lei, mas também uma postura ética integradora, capaz de democratizar o acesso à informação e assegurar a transparência administrativa. Assim, a tecnologia deve ser compreendida como ferramenta de inclusão social, e a ética profissional como elemento essencial para garantir o bem comum e fortalecer a cidadania.

Palavras-chave: Tecnologia. Ética. Serviço. Sociolinguística. Inclusão.

Abstract: This article analyzes professional ethics in public services from the perspective of

sociolinguistics and digital inclusion, considering the impact of Information and Communication Technologies (ICTs) on the relationship between civil servants and citizens. The main objective is to understand how ethical conduct, combined with the appropriate use of language and digital tools, can promote more humanized and inclusive service. The methodology adopted was qualitative and bibliographic, based on classical and contemporary authors in philosophy, sociology, and public administration, such as Meireles, Cretella, Moreira Neto, Costa, and Santandel. The results indicate that technological modernization, when accompanied by training and digital literacy, helps reduce socio-environmental and linguistic barriers, preventing bureaucracy and technical jargon from becoming instruments of exclusion. It was found that the perception of lack of ethics in public service often stems from insufficient training rather than individual misconduct. The study concludes that being a good professional requires not only compliance with the law but also an integrative ethical stance capable of democratizing access to information and ensuring administrative transparency. Thus, technology should be understood as a tool for social inclusion, and professional ethics as an essential element to guarantee the common good and strengthen citizenship.

Keywords: Technology. Ethics. Service. Sociolinguistics. Inclusion.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a ética profissional nas repartições públicas exige compreender como as variáveis socioambientais — tais como o acesso a equipamentos tecnológicos e as condições de uso dessas ferramentas — impactam a ação administrativa e o atendimento ao cidadão. Este estudo busca promover reflexões que contribuam para o entendimento social da ação ética, respaldando-se teoricamente em Meireles (1997), Cretella (1997) e Moreira Neto (2007).

Adicionalmente, incorpora-se a perspectiva da Sociolinguística para analisar como a mediação tecnológica e as formas de comunicação oficial podem perpetuar ou atenuar desigualdades sociais. Afinal, as barreiras no serviço público não são apenas físicas ou digitais, mas também linguísticas, ligadas ao prestígio e à acessibilidade da informação.

2. A ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO E A DIMENSÃO SOCIOLINGUÍSTICA

O conceito de "Serviço Público" assume contornos específicos de acordo com diferentes perspectivas doutrinárias no Direito Administrativo:

- Meireles (1997) concebe-o como todo serviço prestado pela Administração ou seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou por simples conveniência do Estado.
- Cretella (1997) define-o como toda atividade que o Estado exerce, direta ou indiretamente, para a satisfação das necessidades públicas, mediante procedimento típico do Direito Público.
- Para Moreira Neto (2007), trata-se de uma atividade de

Administração que tem por fim assegurar, de modo permanente, contínuo e geral, a satisfação de necessidades essenciais ou secundárias da sociedade, assim consideradas por lei e sob condições impostas unilateralmente pela própria Administração.

Em comum, os autores reconhecem o serviço público como uma atividade essencial voltada à comunidade. Para sua execução, é imperativo que o grupo de servidores paute suas condutas por um conjunto de regras e normas norteadoras. Costa (2010) define esse arcabouço como um conjunto de normas morais pelas quais o indivíduo deve orientar seu comportamento profissional, ressaltando que, em um mundo globalizado e competitivo, muitas vezes falta tempo para refletir sobre o impacto coletivo de nossas atitudes.

No contexto atual, essas atitudes passam necessariamente pela mediação tecnológica. Sob o prisma da Sociolinguística, a introdução das TICs no aparato estatal cria novos letramentos digitais. A linguagem burocrática e o acesso restrito a plataformas digitais podem atuar como instrumentos de exclusão. A ética profissional no serviço público, portanto, expande-se para além do cumprimento estrito da lei: ela passa a exigir uma postura de acolhimento linguístico e de

democratização do acesso à informação, garantindo que a comunicação pública seja clara, acessível e despida de preconceitos linguísticos que marginalizem o cidadão comum.

2.1 Panorama Histórico da Ética e os Grupos Sociais

A sociedade contemporânea é regida por normas que visam o bem-estar do cidadão, mas o ser humano também se apresenta como um agente autônomo, livre e responsável. A ética possui uma função descritiva que, apoiada na antropologia cultural e na sociologia, busca compreender os costumes de diferentes épocas e lugares. Assim como a sociedade e os valores éticos se transformam, as dinâmicas de poder e linguagem também se alteram. Max Weber, ao analisar a ética protestante e a católica, demonstrou como diferentes grupos sociais valorizam condutas distintas de acordo com seu contexto cultural.

Essa variação de percepções ecoa na Antiguidade Clássica, período em que os fundamentos da vida em comunidade foram estabelecidos:

- Aristóteles (384-322 a.C.) apontava que toda comunidade se forma com vistas a alcançar algum bem. Sua ética eudemonista e finalista pregava que a verdadeira felicidade é alcançada através de ações conformes à virtude.

- Sócrates (470-399 a.C.), considerado o pai da moral, propôs uma ética racionalista baseada na interiorização e na convicção pessoal. Para ele, a justiça e a virtude poderiam ser ensinadas e transmitidas, valorizando a subjetividade humana.

- Os Sofistas, por outro lado, adotavam uma postura relativista e subjetivista. Defendiam que as normas são transitórias e focavam no ensino da retórica — a arte de convencer e argumentar. Na ótica sociolinguística atual, os sofistas foram pioneiros ao notar que a linguagem é uma ferramenta de poder político e persuasão social, e que o domínio da palavra confere prestígio.

- Platão (427-347 a.C.) defendia que a justiça reflete a harmonia do universo e da alma. Em suas obras *Filebo* e *A República*, o filósofo sustentava uma concepção metafísica onde os homens deveriam buscar a contemplação das ideias, sendo a maior delas a ideia do bem.

A transição desses modelos filosóficos para a modernidade evidencia que o

comportamento humano e as estruturas de comunicação evoluem conjuntamente. O surgimento de desigualdades e a segregação de grupos sociais no espaço urbano refletem-se diretamente no ambiente das repartições públicas. Quando o Estado não instrumentaliza adequadamente o servidor com recursos tecnológicos e treinamento comunicativo, as desigualdades históricas são acentuadas, impedindo o pleno exercício da cidadania por parte da população atendida.

O Serviço Público é amplamente concebido como uma atividade essencial prestada pela Administração Pública em prol da coletividade e da manutenção do Estado, exigindo que os agentes públicos orientem suas condutas por normas éticas bem definidas. Sobre a importância da ética profissional, Costa (2010) destaca que ela engloba as normas morais que orientam o comportamento profissional e humano, sendo fundamental para a convivência em sociedade e para a busca do bem comum, especialmente diante das pressões e da competitividade do mundo globalizado.

Frente aos avanços tecnológicos, questiona-se como a ética se manifesta nos órgãos públicos e se a tecnologia acirra ou fragiliza essa postura. Sob a perspectiva da Sociolinguística, a digitalização dos serviços públicos — que atuam como comunidades de prática — pode gerar exclusão quando o uso de uma linguagem burocrática ou digital rígida

se afasta da realidade linguística do cidadão. Assim, a atuação ética na era digital demanda sensibilidade comunicativa para mitigar barreiras linguísticas e promover a inclusão social.

2.2 Panorama Histórico da Ética: Da Grécia Antiga à Modernidade Weberiana

A vida em sociedade é estruturada por leis e normas de conduta concebidas para garantir o bem-estar coletivo. Contudo, o ser humano não se limita a reproduzir passivamente hábitos culturais; constitui-se como um agente autônomo, livre e moralmente responsável por suas ações. Nesse sentido, a ética assume uma função descritiva. Ao apoiar-se em pressupostos da antropologia cultural, ela busca compreender as transformações dos costumes através do tempo e do espaço, evidenciando que os valores morais mudam na mesma medida em que a própria sociedade se reorganiza.

Essa mutabilidade e estratificação dos valores éticos encontram eco no pensamento de Max Weber. O sociólogo alemão demonstrou que a ética não se manifesta de forma homogênea ou universalmente acessível dentro de uma mesma época. Ao analisar a ética protestante e a católica, Weber evidenciou que os calvinistas conferiam centralidade ao trabalho diligente e ao acúmulo de riqueza como sinais de eleição divina, enquanto a

tradição católica privilegiava a abnegação, o sacrifício e o espírito de pobreza.

Sob o prisma da Sociolinguística, a observação de Weber sobre a fragmentação cultural assemelha-se à existência de variedades linguísticas e comunidades de fala. Assim como grupos religiosos diferentes desenvolvem visões éticas distintas, diferentes estratos sociais e geográficos desenvolvem formas próprias de falar.

No contexto do serviço público, ignorar essas particularidades culturais e linguísticas pode comprometer o princípio da equidade, uma vez que a imposição de um padrão único e rígido desconsidera a pluralidade da população.

A reflexão sobre a diversidade ética e do comportamento humano remonta à Antiguidade Clássica, cujos fundamentos filosóficos moldaram as noções ocidentais de justiça e cidadania. Aristóteles (384-322 a.C.). Defendia que o ser humano possui uma natureza essencialmente imitativa e que a sociedade se organiza como uma comunidade voltada para a realização de um bem comum, sendo a família o núcleo inicial dessa associação política e moral. A ética aristotélica é teleológica (finalista) e eudemonista, pois sustenta que o fim supremo do homem é a felicidade, alcançada exclusivamente por meio de ações virtuosas.

- Sócrates (470-399 a.C.): Conhecido como o pai da moral, propôs uma ética estritamente

racionalista, na qual o indivíduo bom e justo é intrinsecamente feliz. Sócrates introduziu a interiorização da reflexão, argumentando que a verdadeira virtude não reside no cumprimento cego das leis externas ou das tradições ancestrais, mas sim no exame minucioso da própria consciência e na valorização da subjetividade.

Os Sofistas: Em contraposição ao racionalismo socrático, adotavam uma postura relativista e subjetivista. Para eles, não existiam verdades ou normas universais, sendo as regras sociais criações humanas e, portanto, essencialmente transitórias. Dedicavam-se ao ensino da retórica — a arte da persuasão, do debate e da argumentação.

A atuação dos sofistas dialoga diretamente com as bases da Sociolinguística de caráter laboviano. Ao priorizarem o domínio da fala e a flexibilidade do discurso em detrimento de uma "verdade absoluta", os sofistas perceberam, de forma pioneira, que a linguagem é um instrumento de poder e prestígio social. Nas repartições públicas contemporâneas, essa dinâmica de dominação pela palavra se repete: o domínio de determinados registros linguísticos e o uso de jargões técnicos funcionam, muitas vezes, como barreiras que afastam o cidadão comum do pleno acesso aos seus direitos, reforçando a urgência de uma conduta ética pautada pela clareza e pela inclusão comunicativa.

O professor e doutor, Antônio Lopes de Sá, que deixou a maior herança cultural de nosso país, no campo da contabilidade, ele diz que nação é aquela que se impõe pela cultura, e por ser um homem livre de pensamentos, não aceita modelos feitos, a base da ética é a base da benevolência. Na ética, a consciência é quem dita os hábitos e os costumes, e nela é formada o dever ético, e a prática ética, pois é esse conjunto que faz o valor humano.

Segundo Lopes de Sá, temos que aprender todos os dias, ética e ciência tem como objeto a convivência humana, responsável. Responsabilidade endógena e exógena, a endógena é a formação de uma consciência virtuosa, fundamentada no amor, no conhecimento, no trabalho e na reflexão, tudo que praticamos de bem, volta energeticamente para a própria pessoa. Já a responsabilidade exógena, exige um comportamento rigoroso, em relação as outras pessoas.

Kant (1724-1804), buscava uma ética de validade universal, que se apoiava na igualdade fundamental entre os homens. Sua filosofia de volta sempre para o Homem, e se chama filosofia transcendente, busca encontrar o homem nas condições de possibilidades do conhecimento verdadeiro e do agir livre.

Kant precisa chegar a uma moral igual para todos, uma moral racional, a única possível para todo e qualquer ser racional.

Kant achava que a igualdade entre os homens era fundamental para o desenvolvimento de uma ética universal.

3. SERVIÇO PÚBLICO: MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA

Na contemporaneidade globalizada, a informação consolidou-se como um ativo estratégico indispensável. Estar inserido nessa dinâmica exige dos agentes públicos competências que ultrapassam o mero conhecimento técnico isolado de suas funções cotidianas. Recentemente, a redução de custos dos equipamentos de informática viabilizou que os setores voltados à prestação de serviços públicos investissem massivamente em Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O objetivo central dessa transição é otimizar o fluxo comunicativo e elevar a eficiência do atendimento direcionado ao cidadão.

Contudo, a expansão do parque tecnológico e a facilitação do acesso às ferramentas digitais trazem consigo dilemas éticos urgentes. Torna-se imperativo o estabelecimento de códigos de ética e condutas normativas que orientem e monitorem a utilização desses recursos institucionais, em especial os serviços mediados pela internet, mitigando riscos de desvios que possam acarretar prejuízos ou danos para a Administração Pública e para o administrado.

Nesse cenário, faz-se necessário traçar um padrão de comportamento rigoroso

quanto ao uso dos recursos tecnológicos públicos. Para além da codificação positivada de posturas, exige-se o bom senso por parte dos servidores. O uso de recursos corporativos para fins estritamente particulares deve ser minimizado, garantindo que a infraestrutura estatal permaneça focada no desenvolvimento pleno das atividades administrativas.

Um exemplo prático dessa reconfiguração identitária e funcional é observado na crescente inserção de recursos midiáticos e tecnológicos em unidades escolares. Essa realidade tensiona as atribuições dos funcionários, compelindo-os a assumir uma identidade profissional fluida, dinâmica e plurifuncional. A esse respeito, a pesquisa de Santandel (2012) investiga a relevância do ambiente virtual nas práticas profissionais de servidores administrativos que atuam na rede estadual de educação. Essa imersão digital contínua demanda do Estado a formulação de políticas públicas voltadas para capacitações constantes, diferenciadas e inclusivas.

Sob essa ótica, a percepção de que determinado funcionário "carece de ética no trabalho" frequentemente se revela um diagnóstico equivocado ou superficial. Na maioria das vezes, o desvio ou a ineficiência decorrem da carência de letramento digital, de informações claras e de treinamentos institucionais que lhes confirmem a segurança e a desenvoltura necessárias para manejar as

novas ferramentas. Afinal, o papel precípua do Estado é gerenciar e promover condições estruturais, técnicas e humanas para o pleno atendimento público.

4. O NEXO ENTRE MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA, ÉTICA E SOCIOLINGÜÍSTICA

A introdução das TICs no ambiente estatal reconecta de forma direta a análise prática à dimensão teórica discutida anteriormente. O serviço público opera como uma autêntica comunidade de prática — conceito fundamental da sociolinguística que define grupos de indivíduos que compartilham um repertório de recursos linguísticos, práticas e ferramentas em torno de um objetivo comum.

Quando o Estado moderniza suas repartições, ele introduz novos gêneros discursivos digitais e exige novas habilidades de letramento digital e competência comunicativa. Se os servidores não recebem a capacitação adequada, cria-se um abismo entre as exigências tecnológicas da instituição e a realidade dos trabalhadores, o que pode ser erroneamente interpretado como desídia ou falha ética individual. Ademais, os dados contemporâneos do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br) apontam que, embora a grande maioria da população já utilize serviços de governo digital, o acesso

ainda é profundamente desigual e estratificado socialmente.

À luz da ética da igualdade de Kant e da concepção de Estado de Hegel, o fornecimento de equipamentos individuais e coletivos, aliado à simplificação linguística dos sistemas, deixa de ser uma mera escolha administrativa e passa a ser um imperativo ético e de justiça linguística. Uma postura ética na administração moderna exige que as ferramentas tecnológicas funcionem como pontes de inclusão social, garantindo que o cidadão seja acolhido e compreendido em suas necessidades, livre de preconceitos linguísticos ou exclusões digitais.

Hegel, não teme afirmar que “o Estado é a realidade efetiva da ideia ética”.

Assim, hoje em dia, os grandes problemas éticos se encontram nestes três momentos da eticidade: família, sociedade civil e Estado.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa e de caráter puramente bibliográfico. A fundamentação teórica estrutura-se a partir do levantamento, análise e fichamento de referências clássicas e contemporâneas da filosofia, da administração pública e da sociologia, com destaque para as contribuições de Meireles (1997), Cretella (1997), Moreira Neto (2007), Costa (2010), Denny (2011) e

Santandel (2012). O cruzamento dessas fontes permitiu correlacionar as transformações éticas no serviço público com o avanço das novas tecnologias de informação e comunicação.

Sob a perspectiva da Sociolinguística, a escolha metodológica da pesquisa bibliográfica fundamenta-se na análise documental e discursiva. Isso significa que os textos normativos, códigos de ética e as produções teóricas analisadas não são encarados apenas como registros históricos estáticos, mas sim como práticas discursivas. Eles refletem as tensões, o prestígio social e as mudanças linguísticas de suas respectivas épocas. Assim, ao analisar a literatura sobre a modernização tecnológica do Estado, o estudo investigou como a evolução dos conceitos éticos acompanha a necessidade de novos letramentos e de uma comunicação pública mais inclusiva e democrática.

6. DISCUSSÃO: O CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO E AS DEMANDAS POR TRANSPARÊNCIA

O cenário social brasileiro contemporâneo evidencia uma necessidade premente de iniciativas que estimulem a prática cidadã e a conduta ética nos setores públicos. Historicamente, discursos amparados no senso comum propagaram a falsa percepção de que a esfera pública seria um espaço de atuação “sem compromisso”. Tais práticas anticidadãs geram passivos sociais e institucionais que demandam anos para serem mitigados.

Para superar esse paradigma, é fundamental compreender que a preservação do bem público reverbera diretamente na esfera privada. A conduta ética do servidor não deve se limitar ao mero cumprimento burocrático de regras positivadas, mas sim consistir na harmonização consciente entre o pensamento e a práxis diária. Essa coerência assegura a transparência na administração e fomenta o comprometimento coletivo dentro dos setores, consolidando o princípio de "liderar pelo exemplo" para elevar a qualidade de vida social.

Sob a perspectiva da Sociolinguística, a quebra desse senso comum e a superação de discursos herdados de uma burocracia patrimonialista perpassam necessariamente pela democratização discursiva. A assimetria que historicamente marginalizou o cidadão nas repartições públicas manifesta-se não apenas em condutas negligentes, mas também na manutenção de uma barreira linguística e comunicativa. O uso do chamado "burocratese" ou de jargões técnicos intransponíveis funciona, muitas vezes, como uma estratégia de manutenção de poder e exclusão social. Uma conduta autenticamente ética e cidadã exige do servidor a competência comunicativa de adequar sua linguagem à pluralidade de variantes linguísticas da comunidade atendida, garantindo o acolhimento e a inteligibilidade mútua.

Embora os Códigos de Ética estejam formalmente presentes nas instituições públicas com o objetivo de balizar as ações e explicitar a postura social da organização diante dos administrados, a chave para a eficácia de sua missão reside no elemento humano. O desenvolvimento de programas de conscientização e a valorização contínua dos trabalhadores são fatores determinantes para o resgate dos valores éticos.

Nesse sentido, Denny (2011, p. 276) corrobora que a adoção de posturas éticas institucionais permite estabelecer padrões de conduta que exigem lealdade e dedicação de dirigentes e colaboradores. No ambiente corporativo e público, a responsabilidade social corporativa e a integridade de gestão deixaram de ser diferenciais opcionais para se tornarem requisitos indispensáveis à sustentabilidade e à legitimidade das organizações diante de uma sociedade cada vez mais vigilante.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação histórica e conceitual da ética — cujas raízes etimológicas remontam ao grego *ethos* e ao latim *mores*, associados aos hábitos e costumes — demonstra que sua função ultrapassa a mera descrição de normas, consistindo em uma postura crítica sobre os próprios fundamentos dos sistemas morais.

A centralidade do debate sobre a ética profissional na atualidade decorre do fato de

que o cidadão contemporâneo possui maior acesso à educação formal, está mais socializado e demonstra plena consciência de seus direitos e valores. A visibilidade dos escândalos políticos e a facilidade de acesso à informação digital tornaram a cobrança por um atendimento público eficiente e proba uma constante no cotidiano. O cidadão de hoje não tolera a opacidade administrativa, exigindo precisão, agilidade e respeito.

Em suma, a reflexão ética deve anteceder a prática profissional, pois constitui uma qualidade intrínseca da ação humana. Diante das pressões por produtividade e do ritmo acelerado de um mundo globalizado, a consciência ética atua como o único freio seguro contra a desumanização das relações de trabalho. Conclui-se que o avanço tecnológico exige medidas de controle e acolhimento cada vez mais precisas, onde a modernização dos equipamentos técnicos deve ser obrigatoriamente acompanhada pela evolução moral, técnica e humanizada dos agentes que dão vida ao Estado.

REFERÊNCIAS

CRETELLA JÚNIOR, José. **Conceito moderno do serviço público**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 1997. 297 p.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Mutações do Direito Administrativo**. 3ª Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

TUGENDHAT, E. **Lições sobre ética**. Petrópolis: Vozes, 1996.

COSTA, Francisco Edilberto de O. **O papel da ética na valorização do profissional contábil**. Publicado em: 25/03/2010. Disponível em: <http://www.artigonal.com/ciencias-artigos/contabil-2048016.html>>. Acesso em: 26 de abr. de 2017.

CARVALHO, Ana Cristina Azevedo Pontes de. **Ética Profissional na Tecnologia da Informação: Os Códigos de Ética**. Disponível em: <http://www.mackenzie.br>>. Acesso em: 03 Fev. de 2017.

COSTA, Paulino de Souza; GLOCK, Rosana Soibelman; GOLDIM, José Roberto. **Ética Profissional – (2002 – 2003)**. Disponível em <http://www.bioetica.ufrgs.br/eticprof.htm>>. Acessado em: 15 de abr. de 2017.

YUKA, Cristiane. **Biblioteca Chiavenato**. 2001. Disponível em <http://paginas.terra.com.br/arte/yuka/burocracia.htm>>. Acessado em 12 de fev. de 2017.

GLOK, RS, Goldim JR. **Ética profissional é compromisso social**. Mundo Jovem (PUCRS, Porto Alegre) 2003; XLI (335): 2-3, Arruda, Maria Cecília Coutinho de. Maria Cecília Coutinho de Arruda – ICEG. Disponível em <http://www.iceg.pucminas.br>>. Acessado em 27 de março de 2017.

SANTANDEL, Maria A S. **Marcas da escrita virtual em fotolog: (des) identidade, (dis)curso e memória**. Três Lagoas: Câmpus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2012, 128f. (Dissertação de Mestrado).

FILHO, Francisco de Salles Almeida . **Mafr A Ética Profissional no Serviço Público Brasileiro**. Disponível em <http://www.dnit.gov.br/download/institucional/comissao-deetica/artigospublicacoes/artigosobreetica/A%20Etica%20Profissional%20no%20Servico%20Publico%20Brasileiro.pdf>>. Acesso em 29 de jun. de 2017.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2005. p. 104.VALLS, Álvaro L.M. O que é ética - São Paulo, Brasiliense, 2008.

